

KIYOSHI HARADA

DIREITO
FINANCEIRO
e TRIBUTÁRIO

28^a *Revista, atualizada
edição e ampliada*



- A EDITORA ATLAS se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.
- Nas obras em que há material suplementar *on-line*, o acesso a esse material será disponibilizado somente durante a vigência da respectiva edição. Não obstante, a editora poderá franquear o acesso a ele por mais uma edição.
- Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa
Copyright © 2019 by
EDITORA ATLAS LTDA.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Rua Conselheiro Nébias, 1384 – Campos Elíseos – 01203-904 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770
faleconosco@grupogen.com.br / www.grupogen.com.br
- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).
- Capa: Danilo Oliveira
- Data de fechamento: 28.01.2019

■ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

H229d
Harada, Kiyoshi

Direito Financeiro e Tributário / Kiyoshi Harada. – 28. ed. – São Paulo: Atlas, 2019.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-97-02017-5

1. Direito financeiro – Brasil. 2. Direito tributário – Brasil. I. Título.

18-54451

CDU: 347.73:351.71(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

SUMÁRIO

PARTE I – DIREITO FINANCEIRO	1
1 INTRODUÇÃO	3
1.1 Conceito de atividade financeira do Estado.....	3
1.2 Fins da atividade financeira.....	4
1.2.1 Serviços públicos	5
1.2.2 Poder de polícia	6
1.2.3 Intervenção no domínio econômico.....	8
1.3 Ciência das finanças e o estudo da atividade financeira sob o enfoque econômico	15
2 DIREITO FINANCEIRO	16
2.1 Conceito e objetos do direito financeiro	16
2.2 Autonomia do direito financeiro	17
2.3 Relacionamento com os demais ramos do direito.....	19
3 DESPESAS PÚBLICAS	21
3.1 Conceito.....	21
3.2 Necessidades das despesas públicas.....	24
3.3 Classificação das despesas públicas	24
3.4 Execução das despesas públicas.....	26
3.4.1 Pagamento de precatório	29
3.5 Execução de despesas extraordinárias	39
3.6 Despesas públicas na Lei de Responsabilidade Fiscal	42

4	RECEITAS PÚBLICAS	43
4.1	Conceito.....	43
4.2	Classificação das receitas públicas	45
4.2.1	Receitas originárias.....	48
4.2.1.1	Conceito	48
4.2.1.2	Modalidades de receitas originárias segundo as fontes	48
4.2.1.3	Princípios constitucionais concernentes a empresas estatais	50
4.2.1.4	Teoria sobre preços públicos. Sua distinção com as taxas.....	51
4.2.1.5	Pedágio e sua natureza jurídica.....	55
4.2.2	Receitas derivadas	57
4.2.2.1	Conceito	57
4.2.2.2	Espécies de tributos	58
4.2.2.3	Princípios constitucionais tributários	58
4.2.2.4	Repartição das receitas tributárias	58
4.2.2.5	Regras concernentes à repartição das receitas.....	60
4.2.2.6	Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal	68
4.2.3	Multa	69
4.3	Compensação financeira.....	70
4.3.1	Generalidades.....	70
4.3.2	Sua instituição legal	71
4.3.3	Sua natureza jurídica	74
4.4	Receitas públicas na Lei de Responsabilidade Fiscal.....	77
5	ORÇAMENTO	78
5.1	Conceito.....	79
5.2	Natureza jurídica do orçamento	82
5.3	Processo legislativo	84
5.4	Aspectos políticos do orçamento.....	89
5.5	Aspectos econômicos do orçamento.....	90
5.6	Princípios orçamentários.....	91
5.6.1	Princípio da exclusividade.....	92
5.6.2	Princípio da programação	92
5.6.3	Princípio do equilíbrio orçamentário	93
5.6.4	Princípio da anualidade	94
5.6.5	Princípio da unidade	95
5.6.6	Princípio da universalidade	95

5.6.7	Princípio da legalidade.....	96
5.6.8	Princípio da transparência orçamentária	96
5.6.9	Princípio da publicidade orçamentária	97
5.6.10	Princípio da não vinculação de receita de impostos	98
5.6.11	Princípio da especialidade dos incentivos fiscais	100
5.6.12	Princípio da responsabilidade na gestão fiscal	101
5.6.13	Outros princípios	102
5.7	Leis orçamentárias	108
5.7.1	Orçamento plurianual.....	109
5.7.2	Lei de Diretrizes Orçamentárias	110
5.7.3	Orçamento anual	112
5.7.3.1	Orçamento autorizativo	115
5.7.3.2	Orçamento impositivo.....	119
5.7.3.3	Restos a pagar.....	123
5.7.4	Lei complementar. Lei nº 4.320, de 17-3-1964.....	128
5.7.5	Instituição de fundos.....	130
5.7.6	Atentados à lei orçamentária e crime de responsabilidade.....	134
5.8	Fiscalização e controle dos orçamentos.....	141
5.8.1	Tipos de controle.....	147
5.8.1.1	Controle interno	147
5.8.1.2	Controle externo.....	149
5.8.1.3	Controle privado.....	151
5.9	Tribunal de Contas da União	152
5.9.1	Introdução	152
5.9.2	Composição	153
5.9.3	Atribuições.....	154
5.10	Tribunais de contas nos Estados e nos Municípios.....	162
5.11	Conselho Nacional dos Tribunais de Contas.....	164
6	CRÉDITO PÚBLICO.....	169
6.1	Conceito.....	169
6.2	Evolução histórica	172
6.3	Classificação do crédito público.....	173
6.3.1	Empréstimo perpétuo e empréstimo temporário.....	173
6.3.2	Dívida pública flutuante e dívida pública fundada	173
6.3.3	Empréstimos internos e empréstimos externos	174
6.3.4	Créditos compulsórios e créditos voluntários.....	175
6.3.5	Classificação constitucional.....	177
6.3.6	Vinculação da receita de impostos.....	178

XXII DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO • HARADA

6.4	Crédito forçado	185
6.4.1	Técnicas do crédito involuntário.....	185
6.4.2	Utilização de fundos de estabelecimentos.....	185
6.4.3	Papel-moeda.....	187
6.4.4	Inflação sistemática.....	187
6.5	Crédito voluntário	188
6.5.1	Prêmios de reembolso	189
6.5.2	Juros progressivos.....	189
6.5.3	Moeda e empréstimos indexados.....	190
6.5.4	Títulos da dívida pública	190
6.5.5	Lotos.....	191
6.5.6	Conversão.....	191
6.6	Crédito público na Constituição Federal	192
6.7	Crédito externo. Considerações gerais.....	195
6.7.1	FMI e Birde	197
6.8	Dívida externa brasileira	198
6.9	Banco Central e finanças públicas.....	202
7	DISPOSIÇÕES DA LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR	206
7.1	Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 – Excertos	206
7.2	Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950 – Excertos	223
7.3	Decreto-lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967	234
7.4	Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.....	241
7.5	Resoluções do Senado Federal.....	251
7.5.1	Resolução nº 40, de 20 de dezembro de 2001	251
7.5.2	Resolução nº 43, de 21 de dezembro de 2001	254
7.5.3	Resolução nº 23, de 11 de abril de 1996	272
7.6	Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Excertos	273
7.7	Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000	314
PARTE II – DIREITO TRIBUTÁRIO	317	
8	INTRODUÇÃO	319
8.1	Evolução do fenômeno da tributação.....	319
8.2	Conceito de direito tributário	321
8.3	Autonomia do direito tributário.....	321
8.4	Relações do direito tributário com outros ramos do direito	322
8.5	Fontes do direito tributário.....	322
8.5.1	Fontes materiais.....	323

8.5.2	Fontes formais	323
8.5.2.1	Normas constitucionais e emendas constitucionais	323
8.5.2.2	Leis complementares	324
8.5.2.3	Leis ordinárias	324
8.5.2.4	Leis delegadas.....	324
8.5.2.5	Medidas provisórias.....	325
8.5.2.6	Decretos legislativos	326
8.5.2.7	Resoluções.....	327
8.5.2.8	Tratados e convenções internacionais	327
8.5.2.9	Decretos	329
8.5.2.10	Fontes formais secundárias	330
9	SISTEMA TRIBUTÁRIO NA CONSTITUIÇÃO	331
9.1	Generalidades	332
9.2	Tributos	333
9.2.1	Definição de tributos. Sua natureza jurídica	333
9.2.2	Espécies de tributos.....	335
9.2.2.1	Impostos	336
9.2.2.2	Taxas	337
9.2.2.3	Contribuição de melhoria	339
9.2.2.4	Empréstimos compulsórios	341
9.2.2.5	Contribuições sociais	341
9.2.2.5.1	Contribuições sociais do art. 149 da CF.....	345
9.2.2.5.2	Contribuições sociais do art. 195 da CF.....	356
9.2.2.5.3	Emendas Constitucionais nºs 20/98, 45/04 e 47/05	391
9.2.2.5.4	Contribuição social dos servidores públicos ...	393
9.2.2.5.5	Contribuição social do salário-educação ...	400
9.2.2.5.6	Contribuição para o seguro de acidentes do trabalho.....	402
9.2.2.5.7	Contribuições sociais sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).....	405
9.3	Competência tributária	408
9.3.1	Discriminação de rendas tributárias	409
9.3.2	Limitações constitucionais do poder de tributar	410
9.3.2.1	Princípio da legalidade tributária.....	412
9.3.2.2	Princípio da anterioridade e princípio da nonagesimidade	413
9.3.2.3	Princípio da isonomia tributária.....	416

9.3.2.4	Princípio da capacidade contributiva	417
9.3.2.5	Princípio da vedação de efeitos confiscatórios	419
9.3.2.6	Princípio da imunidade recíproca.....	421
9.3.2.7	Princípio da imunidade genérica e específica	424
9.3.2.7.1	Imunidade genérica de impostos.....	424
9.3.2.7.2	Imunidade da contribuição social para a seguridade social.....	432
9.3.2.7.3	Imunidade da contribuição social sobre o lucro líquido	435
9.3.2.8	Princípio da imunidade de tráfego interestadual e intermunicipal	436
9.3.2.9	Princípio da uniformidade de tributo federal em todo o território nacional.....	437
9.3.2.10	Princípio da uniformidade de tributo estadual ou municipal quanto à procedência ou destino de bens e serviços de qualquer natureza	438
9.3.2.11	Princípio da igualdade de tratamento dos títulos da dívida pública federal, estadual ou municipal e dos vencimentos pagos pelas três entidades políticas.....	438
9.3.2.12	Princípio da imunidade do imposto sobre a renda relativamente a proventos de aposentadoria e pensão percebidos por pessoas com idade superior a 65 anos ...	439
9.3.2.13	Princípio da vedação de a União decretar isenção de impostos das entidades periféricas	440
9.3.2.14	Princípio da imunidade de pequenas glebas rurais	441
9.3.2.15	Princípio da transparência tributária.....	442
9.3.2.16	Princípios implícitos.....	443
9.4	Impostos da União.....	447
9.4.1	Imposto de importação e imposto de exportação	448
9.4.2	Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza	450
9.4.3	Imposto sobre produtos industrializados	465
9.4.4	Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro ou relativas a títulos e valores mobiliários	474
9.4.5	Imposto sobre a propriedade territorial rural.....	477
9.4.6	Imposto sobre grandes fortunas	481
9.4.7	Impostos extraordinários	481
9.4.8	Impostos inominados	481
9.4.9	Imposto provisório sobre movimentação financeira	482
9.5	Impostos estaduais	487
9.5.1	Imposto sobre transmissão <i>causa mortis</i> e doação de quaisquer bens ou direitos.....	487

9.5.2	Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação	496
9.5.3	Imposto sobre a propriedade de veículos automotores.....	540
9.5.4	Adicional do imposto sobre a renda	543
9.6	Impostos municipais.....	543
9.6.1	Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana	543
9.6.2	Imposto sobre a transmissão <i>inter vivos</i> , a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis.....	550
9.6.3	Imposto sobre vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel	556
9.6.4	Imposto sobre serviços de qualquer natureza.....	556
9.6.4.1	Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003.....	562
9.7	Regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte	598
10	- LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	606
10.1	Leis, tratados e convenções internacionais, decretos e normas complementares.....	606
10.1.1	Leis	607
10.1.2	Tratados e convenções internacionais.....	607
10.1.3	Decretos.....	609
10.1.4	Normas complementares.....	609
10.2	Vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação tributária .	610
10.2.1	Vigência da legislação tributária	610
10.2.2	Aplicação da legislação tributária.....	610
10.2.3	Interpretação da legislação tributária.....	612
10.2.4	Integração da legislação tributária	614
11	- OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA	618
11.1	Definição e espécies.....	618
11.2	Elementos da obrigação tributária.....	619
11.2.1	Lei.....	619
11.2.2	Fato gerador.....	620
11.2.2.1	Elemento objetivo do fato gerador	621
11.2.2.2	Aspecto subjetivo do fato gerador.....	621
11.2.2.3	Aspecto quantitativo do fato gerador.....	625
11.2.2.4	Aspecto espacial do fato gerador	626
11.2.2.5	Aspecto temporal do fato gerador	626
11.2.3	Fatos geradores confrontantes.....	628
11.3	Responsabilidade tributária	628

11.3.1 Princípio e requisitos.....	629
11.3.2 Responsabilidade dos sucessores.....	630
11.3.3 Responsabilidade de terceiros.....	633
11.3.4 Responsabilidade por infrações.....	639
11.3.5 Denúncia espontânea.....	641
12 - CRÉDITO TRIBUTÁRIO	642
12.1 Conceito e natureza jurídica.....	643
12.2 Constituição do crédito tributário pelo lançamento.....	643
12.2.1 Lançamento direto.....	646
12.2.2 Lançamento misto.....	646
12.2.3 Lançamento por homologação.....	647
12.3 Suspensão do crédito tributário.....	650
12.3.1 Moratória.....	651
12.3.2 Depósito do montante integral do crédito.....	653
12.3.3 Reclamações e recursos administrativos.....	654
12.3.4 Concessão de liminar em mandado de segurança.....	654
12.3.5 Parcelamento.....	655
12.4 Extinção do crédito tributário.....	662
12.4.1 Pagamento.....	663
12.4.2 Demais modalidades.....	664
12.4.2.1 Compensação.....	665
12.4.2.2 Transação.....	669
12.4.2.3 Remissão.....	670
12.4.2.4 Prescrição e decadência.....	671
12.4.2.5 Conversão de depósito em renda.....	686
12.4.2.6 Pagamento antecipado e homologação do lançamento, nos termos do disposto no art. 150, §§ 1º e 4º.....	686
12.4.2.7 Consignação em pagamento, nos termos do disposto no § 2º do art. 164.....	687
12.4.2.8 Decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória.....	688
12.4.2.9 Decisão judicial passada em julgado.....	688
12.4.2.10 Dação em pagamento em bens imóveis.....	689
12.5 Exclusão de crédito tributário.....	690
12.5.1 Isenção.....	690
12.5.2 Anistia.....	691
12.6 Garantias e privilégios do crédito tributário.....	693

13 – ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	700
13.1 Considerações gerais	700
13.2 Fiscalização.....	703
13.2.1 Sigilo bancário	707
13.3 Dívida ativa.....	712
13.4 Certidões negativas	714
14 – PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO	718
14.1 Considerações gerais	718
14.1.1 Normas básicas sobre o processo administrativo.....	720
14.2 Processo administrativo tributário federal	721
14.3 Processo administrativo tributário estadual.....	730
14.4 Processo administrativo tributário municipal	734
14.5 Consulta em matéria tributária.....	736
14.6 Revisão judicial de decisão administrativa contrária à fazenda	738
15 – PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO	749
15.1 Considerações gerais	749
15.1.1 Tutela de urgência.....	750
15.2 Execução fiscal	753
15.3 Ação anulatória em matéria fiscal.....	760
15.4 Ação de repetição de indébito.....	761
15.5 Ação declaratória em matéria fiscal	767
15.6 Ação de consignação em pagamento	768
15.7 Mandado de segurança	769
15.8 Medidas cautelares em matéria fiscal.....	775
15.9 Ação direta de inconstitucionalidade	776
15.10 Ação declaratória de constitucionalidade.....	781
15.11 Medida cautelar fiscal.....	783
16 – PUNIBILIDADE EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA	785
16.1 Ilícito tributário.....	785
16.2 Direito tributário penal e direito penal tributário.....	786
16.2.1 Representação fiscal para fins penais.....	791
16.3 Crimes tributários	795
16.3.1 Lei nº 4.729/65	795
16.3.2 Lei nº 8.137/90	796
16.4 Extinção da punibilidade.....	799
16.4.1 Retroatividade da lei benigna.....	799

XXVIII DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO • HARADA

16.4.2 Anistia	802
16.4.3 Evolução legislativa.....	806
16.5 A questão da prejudicialidade da ação penal.....	812
16.6 Considerações finais	814
17 – LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR E PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA	818
17.1 Lei nº 4.729, de 14 de julho de 1965	818
17.2 Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990 – Excertos.....	821
17.3 Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 – Excertos	824
17.4 Lei Nº 8.866, de 11 de abril de 1994.....	826
17.5 Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980.....	829
17.6 Lei nº 8.397, de 6 de janeiro de 1992	845
17.7 Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 – Excertos.....	850
17.8 Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003	854
18 – SÚMULAS DE DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO	870
18.1 Súmula vinculante	870
18.2 Súmulas do Supremo Tribunal Federal	873
18.2.1 Súmula vinculante do STF.....	887
18.3 Súmulas do Superior Tribunal de Justiça	889
19 – REFORMA TRIBUTÁRIA. BREVES CRÍTICAS.....	899
19.1 Proposta de Emenda à Constituição	899
19.2 Breves críticas e sugestões	903
BIBLIOGRAFIA.....	909
ÍNDICE REMISSIVO	913

Nota da Editora: as alterações na organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, estabelecidas pela Medida Provisória 870/2019, não foram incorporadas ao conteúdo da obra tendo em vista que, até o fechamento desta edição, as novas estruturas regimentais que constam nos Decretos regulamentadores não estavam em vigor (início previsto para 30.01.2019).